
1 **CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO DA GESTÃO DAS BACIAS**
2 **HIDROGRÁFICAS E DOS SISTEMAS ESTUARINOS E ZONA COSTEIRA - CTCOST**
3 **DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH**
4 **ATA DA 18ª REUNIÃO**
5

6 Datas: 11, 12 e 13 de novembro de 2008.

7 Local: Centro de Convenções Sul América, Avenida Paulo de Frontin, 01, Cidade Nova, Rio de
8 Janeiro/RJ, durante o 10º Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas.
9

10 **REPRESENTANTES:**

- 11 - Ministério do Meio Ambiente – SRHU: Bértes Carmo Cabral (berites.cabral@mma.gov.br)
12 - Ministério do Meio Ambiente – SMCQ: ausência
13 - Ministério do Meio Ambiente – ANA: Luciano Meneses Cardoso da Silva
14 (lmeneses@ana.gov.br)
15 - Ministério da Defesa – MD: ausência
16 - Ministério de Minas e Energia - MME: Chistina Elizabeth P. de Vasconcelos
17 (christina@mme.gov.br)
18 - Ministério da Integração Nacional - MI: ausência
19 - Ministério dos Transportes - MT: ausência
20 - Ministério da Justiça – MJ: ausência
21 - Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – MT/PR: Paulo Roberto Castella
22 (pcastella@sema.pr.gov.br)
23 - Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – MG/ES: Aline Nunes Garcia
24 (aline.iema@yahoo.com.br)
25 - Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – SP/RJ: Lina Maria Aché
26 (sma.linaa@cetesbnet.sp.gov.br)
27 - Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – BA/CE: Maria de Fátima Vinhas de Almeida
28 (gerco.bahia@sema.ba.gov.br)
29 - Usuário/Indústria: Celso Garagnani (consultoria@garagnani.com.br)
30 - Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa - OTEPs: Luiz Fernando Cybis - conselheiro
31 (lfcybis@uol.com.br)
32 - Organizações Não-Governamentais – ONGs: Dora Hees de Negreiros
33 (dora@baiadeguanabara.org.br)
34 - Organizações Não-Governamentais – ONGs: Kleber Nunes Pereira
35 (klebnunes@yahoo.com.br)
36 - Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas - CBHs: João
37 Carlos Carvalho Milanelli (joaom@cetesbnet.sp.gov.br)
38

39 **DEMAIS PRESENTES:**

- 40 - Aline Keller Serau (IEMA/ES) – aserau@iema.es.gov.br
41 - Carlos Humberto de Oliveira (CBH Rio Santa Maria da Vitória/ES) –
42 atendimento@ipaglobal.org.br
43 - Dalva Mansur (IPEDES) – dalvamansur@ipeds.org.br
44 - Elaine Taborda de Avila (Ministério Público de São Paulo) – elainetaborda@uol.com.br
45 - Frederico de Moraes Rudorff (Dir. de RH/SDS/SC) – fmr@sds.sc.gov.br
46 - Helen Soraya Gomes Moreira (Ibama/Cabo Frio/RJ) – hsflortropical@gmail.com
47 - Iberê Sassi (Instituto Goiamum/Pró CBH-LCM-ES) – ibere@goiamun.org.br
48 - Jader Mutzig (CBH Rio Jucu) – jader.mutzig@cesan.com.br
49 - Lenina Mariano (CBH-LN/SP) – cbhlnorte@gmail.com
50 - Letícia Resende (Elabore) – leticia.resende@elabore.com.br
51 - Liane Maria Azevedo Dornelles (UERJ/RJ) – lianedornelles@gmail.com

- 52 - Luís César Modesto do Rosário (Secretaria Municipal do Meio Ambiente de São Gonçalo/RJ)
53 – conscienciambiental@gmail.com
54 - Maria Judith Póvoa Passos (CBH Recôncavo Norte) – judithpps@gmail.com
55 - Rodrigo Silva da Conceição (UERJ/RJ) – rsc_geo@yahoo.com.br
56 - Silvio Jablonski (ANP) – sjablonski@anp.gov.br
57 - Tiago de Carvalho Franca Rocha (CRHi/SP) – tiagocfr@ambiente.sp.gov.br

58

59 **RELATORIA:**

- 60 - Rachel Landgraf de Siqueira – SRHU/MMA – rachel.siqueira@mma.gov.br

61

62 **ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

63 ► 11/11/2008 (8h30 às 11h30) - Participação no 1º dia do curso "Gestão Integrada da Zona
64 Costeira - da Teoria para a Prática";

65 ► 12/11/2008 (8h30 às 11h30) - Participação no 2º dia do curso "Gestão Integrada da Zona
66 Costeira - da Teoria para a Prática"; e

67 ► 13/11/2008 - Participação no 3º e último dia do curso "Gestão Integrada da Zona Costeira -
68 da Teoria para a Prática" (8h30 às 11h30) e discussão de assuntos específicos da CTCOST (15h
69 às 19h).

70

71 **Curso "Gestão Integrada da Zona Costeira - da Teoria para a Prática"**

72

73 **Professor:** Marcus Polette (UNIVALI-SC)

74 **Objetivos:** O curso teve como base entender o processo da gestão costeira integrada sob os
75 aspectos: técnico (metodologias de gestão costeira); legal (políticas públicas costeiras);
76 institucional (arranjos institucionais); e administrativo (estratégias de implementação e
77 avaliação). Ainda visou propor uma nova ordem no processo de gestão costeira integrada no
78 Brasil por meio de análises setoriais, institucionais e das políticas públicas incidentes na zona
79 costeira, buscando desta forma inserir sociedade, iniciativa privada e governos; e analisar os
80 desafios da integração das políticas públicas incidentes na zona costeira, notadamente o Plano
81 Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC, Estatuto da Cidade e Política Nacional de
82 Recursos Hídricos – PNRH.

83 **Ementa:**

84 - Situação do Mundo Atual: Por que uma Gestão Costeira integrada?

85 - A Zona Costeira (Introdução e Conceitos)

86 - Conceitos de gestão ambiental

87 - A Gestão Costeira Integrada (princípios e conceitos)

88 - O Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGCA

89 - A Política Nacional de Recursos Hídricos - PNRH

90 - Compatibilização dos instrumentos da Política Nacional de Gerenciamento Costeiro e de
91 Recursos Hídricos

92 - Desafios para integrar a Política Nacional de recursos hídricos na zona costeira brasileira

93 - Estudos de caso no Brasil e no exterior

94

95

95 **Assuntos Específicos da CTCOST**

96

97 Item 1 – Aprovação da ata da 17ª reunião da Câmara: aprovada sem alterações. Item 2 –
98 Apresentação “Experiência de integração entre Gerenciamento Costeiro e Gerenciamento de
99 Recursos Hídricos no Espírito Santo”, por representante da Diretoria de Recursos Hídricos do
100 Instituto Estadual de Meio Ambiente – IEMA/ES: A Sra. Aline Keller Serau, analista de Meio
101 Ambiente e Recursos Hídricos do IEMA abordou o arcabouço legal do estado Espírito Santo, o
102 qual possuía orientações similares à Lei Federal nº 9.433/97 (a integração da gestão das águas
103 com a ambiental e a integração da gestão das bacias hidrográficas com a dos sistemas estuarinos

104 e das zonas costeiras); contextualização da fundação do IEMA, em 2003; histórico de criação de
105 comitês de bacia no estado; ações de integração já desenvolvidas no estado; troca de
106 experiências no acompanhamento dos trabalhos da CTCOST; e trabalhos da Comissão de
107 Integração do IEMA (objetivos: a integração da Diretoria de Recursos Hídricos com as demais
108 gerências do Instituto; a integração de projetos e ações desenvolvidos nos diversos setores do
109 órgão que apresentem interface com recursos hídricos; e a promoção da cooperação entre as
110 gerências do IEMA e os respectivos comitês de bacias hidrográficas, visando melhor
111 aproveitamento e desenvolvimento de questões de interesse comum). Por fim, citou algumas
112 sugestões de ações que poderiam ser adotadas pela Comissão de Integração: adoção, pelo
113 IEMA, da visão de gestão ambiental por otobacia; criação de assentos para os CBHs nos
114 Conselhos Regionais de Meio Ambiente - CONREMAs e Conselho Estadual de Meio Ambiente
115 - CONSEMA; inclusão dos CBHs nas discussões dos processos de licenciamento ambiental
116 que envolvessem empreendimentos com impactos sobre os recursos hídricos (PCHs, ETAs,
117 ETEs, grandes barragens, empreendimentos de aquicultura, mineração em áreas de recarga de
118 aquíferos, poços de águas subterrâneas, entre outros) e que demandem grandes desmatamentos;
119 participação dos CBHs na definição de compensações ambientais; inclusão dos CBHs nas
120 discussões que precedessem a elaboração de Políticas Públicas Estaduais, incluindo aquelas de
121 uso e ocupação do solo (ex: Zoneamento Ecológico-Econômico); e realização de palestras
122 (parceria SUPLAN/DRH e GERCOES/GRN/DT), especialmente dentro dos CBHs com foco no
123 oceano, levando informações sobre a influência na qual os estuários e a zona costeira estão
124 submetidos diante das contribuições de montante e, principalmente, sobre as contribuições
125 costeiras (salinização do lençol freático, maior alcance da maré e poluentes associados, etc), na
126 qual as cabeceiras (montante) poderiam ficar sujeitas, diante de atividades desenvolvidas à
127 montante (ex: construção de barragens) e a jusante (ex: dragagens dos estuários). O objetivo era
128 ampliar o foco de interesse dos CBHs, de forma que se contemplasse a bacia hidrográfica como
129 um todo, incluindo as porções situadas na zona costeira. [Item 3 – Apresentação “Impactos
130 antrópicos na zona costeira do Litoral Norte Paulista – integração entre bacias hidrográficas e
131 zona costeira”, por João Carlos Milanelli, gerente regional da CETESB no Litoral Norte:](#) Foram
132 apresentados: características da zona costeira brasileira; bacias hidrográficas de São Paulo;
133 características do litoral paulista; características específicas do litoral norte de São Paulo; usos e
134 impactos antrópicos na região; unidades de conservação; população urbana; ocupação de faixa
135 de marinha; poluição das águas costeiras; áreas contaminadas; qualidade das águas litorâneas;
136 saneamento básico no litoral paulista; ocupação desordenada; captações de água irregulares;
137 rede de amostragem no litoral paulista; balneabilidade; projeto Praia Verde; projeto Esgoto
138 Tratado; projeto Marinas; projeto Mexilhão; trabalho desenvolvido pela CTCOST; gestão
139 participativa no Litoral Norte; políticas públicas; formas de gestão; e perspectivas e desafios.
140 [Item 4 – Relato do GT “Reavaliação da proposta de resolução que estabelece diretrizes
141 adicionais aos planos de recursos hídricos de regiões que contenham trechos da zona costeira”:](#)
142 A Sra. Aline Nunes Garcia (CERH/ES) comentou que o GT reuniu-se apenas uma vez, em
143 2/10/2008, citando alguns pontos discutidos: 1- era preciso melhor entendimento,
144 principalmente por alguns membros da CTCOST, sobre o que é Plano de Bacia e o que esta
145 proposta trazia para o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGREH.
146 Necessidade de maior aproximação com a Agência Nacional de Águas – ANA; 2- Plano de
147 Recursos Hídricos ou Plano de Bacia? A Resolução CNRH nº 17 dispõe sobre Planos de
148 Recursos Hídricos em Bacias Hidrográficas; 3- a proposta de substitutivo apresentada pela
149 Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos – CTPNRH não apresentava as três
150 zonas caracterizadas pela base territorial proposta pela CTCOST. Era preciso que fossem
151 consideradas; 4- houve comentário que a proposta deveria ater-se à área do estuário. O Plano de
152 Bacia não poderia adentrar em áreas marinhas. Na resolução da CTCOST se propunha estudos
153 que não possuíam relação com Plano de Bacia, por exemplo, correntes marítimas. Houve
154 consideração que a delimitação das zonas era ilegal; 5- diante disso, foi comentado que o
155 problema era conceitual. Havia divergências no entendimento do que era integração. Qual seria

156 a estratégia? Trabalhar mais dois anos em cima da proposta apresentada pela CTCOST ou
157 inserir algo mais na proposta apresentada pela CTPNRH? Na proposta da CTPNRH não havia
158 nada de novo; 6- a questão do uso e ocupação do solo era um dos pontos focais tanto da gestão
159 de recursos hídricos quanto do gerenciamento costeiro, portanto poderia ser mais fortalecido na
160 proposta. Faltou deixar claro qual a competência de cada um. Era necessário, portanto,
161 estabelecer quem faz o quê; 7- “integração” não deveria ser entendida como fusão de
162 instrumentos, mas como compatibilização dos mesmos. Encaminhamentos do GT: levar à
163 CTCOST a questão da delimitação das zonas e os posicionamentos colocados pelos
164 representantes do GT. [Item 5 – Comentários sobre o curso "Gestão Integrada da Zona Costeira -
165 da Teoria para a Prática"](#): A participação dos membros da CTCOST foi considerada importante
166 – uma oportunidade de acúmulo de conhecimento que fortaleceria, cada vez mais, o
167 desenvolvimento dos trabalhos da Câmara. Contudo, foi percebida que as políticas (recursos
168 hídricos e gerenciamento costeiro) não foram tratadas do básico, ou seja, talvez não tivessem
169 sido bem compreendidas por todos que estiveram no curso, o que alertou para uma prévia
170 organização de outro formato de próximos cursos ou encontros. A apresentação sobre a
171 CTCOST durante o curso foi elogiada por muitos que não acompanham o dia a dia do CNRH, o
172 que despertou o interesse de participantes do curso para o recebimento de notícias sobre o tema.
173 [Item 6 – Informes gerais/Encerramento](#): O Sr. Luiz Fernando Cybis (OTEPs) citou o Ofício nº
174 13/2008/CTPNRH/CNRH/MMA, enviado à CTCOST em 10 de outubro, pelo senhor Sidnei
175 Gusmão Agra, presidente da CTPNRH. Assunto: Convite para participação no Grupo de
176 Trabalho para revisão da Resolução CNRH nº 17, que estabelece diretrizes para elaboração dos
177 Planos de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas. Tal grupo tinha a missão de discutir
178 aspectos relacionados ao conteúdos dos planos, bem como sua articulação com os demais níveis
179 de Planejamento do SINGREH e com os Planos Setoriais. A criação do grupo considerou a
180 necessidade de articulação com vistas à busca de sinergias que envolveriam os níveis de
181 planejamento de recursos hídricos estabelecidos pela Lei 9433/97 e tendo em vista os avanços
182 estabelecidos por meio da implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos PNRH, bem
183 como durante o seu processo de construção. A CTCOST e a Câmara Técnica de Águas
184 Subterrâneas – CTAS foram convidadas com o intuito de dinamizar o referido processo. Após
185 debate sobre o assunto, foi decidido que qualquer membro da CTCOST poderia participar do
186 GT com os objetivos de acompanhar as discussões e repassar as informações à CTCOST, e de
187 contribuir com o conhecimento do setor por ele representado. Como opinião da CTCOST
188 somente poderiam ser citadas a proposta de Resolução “que estabelece diretrizes adicionais aos
189 planos de recursos hídricos de regiões que contenham trechos da zona costeira” e sua Nota
190 Técnica, encaminhadas ao plenário do CNRH, porém tema ainda não aprovado. Nesse
191 momento, não havendo outros assuntos a tratar, o Sr. Luiz Fernando de Abreu Cybis (OTEPs)
192 agradeceu a presença de todos e encerrou os trabalhos desta 18ª reunião da CTCOST.

193

194 Ata aprovada na 20ª reunião da CTCOST, em 8 de abril de 2009.

195

196

197

Luiz Fernando de Abreu Cybis
Presidente da CTCOST

Rachel Landgraf de Siqueira
Relatora da CTCOST

198